



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
EVENTO: Diligência	REUNIÃO Nº: 0690/14	DATA: 22/05/2014	
LOCAL: Estado do Rio de Janeiro	INÍCIO: 18h15min	TÉRMINO: 18h45min	PÁGINAS: 12

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ENÉAS MADEIRA - Vice-Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro — FERJ.  
MARCELO VIANNA - Diretor de Competições da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro — FERJ.  
VLADEMIR MONJE - Advogado da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro — FERJ.

SUMÁRIO

Discussão sobre denúncias de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes nas escolinhas de futebol.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na sede da Federação Brasileira de Futebol do Estado do Rio de Janeiro.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Declaro aberta a presente reunião, na sede da Federação Brasileira de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, agradecendo ao Presidente Rubens Lopes da Costa Filho, que não pôde estar presente, mas nós vamos conversar com o Vice-Presidente, Enéas Madeira; com o Dr. Marcelo Vianna, que é Diretor de Competições, e o Vlademir Monje, que é o advogado da Federação.

O objetivo da presente reunião é a discussão sobre denúncias de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes nas escolinhas de futebol.

Declaro também que o Sr. Jomeri Raymundo Calomeny, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, também não pôde estar presente.

Sr. Enéas Madeira, muito obrigada por ter aberto este espaço para uma discussão tão importante da CPI. Nós estivemos com o Secretário Nacional da Confederação de Futebol, que é o Dr. Antônio Carlos. Estamos reunidos com ele já pela segunda vez, traçando um modelo de política pública por meio da qual nós possamos coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes nas escolinhas de futebol e o tráfico humano também, porque nós temos várias denúncias de meninos que estão sendo traficados, saindo de um Estado para outro Estado. E, chegando com a promessa de que vão ser grandes jogadores de futebol, eles são abusados sexualmente, acabam morando em lugares insalubres, como aconteceu aqui no Rio de Janeiro naquele caso em Bangu, quando meninos foram achados dentro de uma casa passando fome. A Comissão dos Direitos da Criança e Adolescente da Câmara de Vereadores, da qual eu era Presidente na época, teve de intervir para levar esses meninos de volta para casa. E o Bangu Atlético Clube arrumou colchonetes, arrumou tudo para que esses meninos pudessem se instalar e dormir.

Nós tivemos agora, recentemente, um caso no Amazonas, no Amazonense. O próprio técnico estava abusando de meninos, usando o nome do clube. Em Minas, também. Então, nós queremos traçar um modelo de política pública por meio da qual possamos coibir isso, porque as escolinhas de futebol são uma realidade no nosso País. Que essas escolinhas que usam o nome do clube tenham algum tipo de fiscalização, e que os clubes também venham a ser responsabilizados por isso. Se leva o nome da instituição, ela tem que ser responsável pelo que vai acontecer com aquelas crianças.



Então, nós queremos conversar com vocês, bater um papo, porque a realidade de vocês, ali na ponta, é uma, e a nossa é outra, para que vocês possam contribuir na construção dessa legislação, porque não existe. E não é só escolinha de futebol, mas o mais agravante acontece nas escolinhas de futebol. Nós vimos o que aconteceu na Lei Joanna Maranhão. Ela foi abusada também quando era pequena. E isso acontece em todas as escolinhas e em todas as modalidades esportivas. Onde tem uma criança, a gente sabe que vai ter um pedófilo por perto, porque eles se aproveitam dessa capa de professor, montam um esquema para abusar de crianças. Aqui no Rio de Janeiro nós tivemos, em São João do Meriti, no ano passado, uma escolinha de capoeira. O instrutor, quando foi pego, estava com vários vídeos de crianças. Ele ia para a praça. Além de ele abusar das crianças — pedir para dormir na casa e abusar das crianças —, ele chegava à praça, onde a criança estava brincando. Vocês que são pais têm que ter o maior cuidado com as crianças. A criança às vezes se senta numa posição — ainda mais com shortinho —, e aparecem as partes íntimas. Ele ficava na praça com uma câmera, fotografando o tórax do menino, as partes íntimas do menino, dava closes, pegando-o em várias posições. Então, ele foi preso, e graças a Deus é menos um pedófilo nas ruas abusando de nossas crianças.

Então, eu gostaria de ouvi-lo, Dr. Enéas, e também o Dr. Vlademir e o Dr. Marcelo, sobre em que podem nos ajudar a construir esse modelo de política para coibir a exploração sexual e o abuso sexual dos nossos meninos no futebol.

**O SR. ENÉAS MADEIRA** - Primeiramente, boa noite a todos.

Deputada, é um prazer recebê-la. Realmente seria muito importante que o Presidente estivesse presente, porque ele é um homem que gosta realmente de debater essas coisas, e tenho certeza de que ele vai ajudar muito a senhora com relação a isso tudo.

Nós estamos de pleno acordo e concordamos muito com a senhora, com tudo o que a senhora disse, e damos total apoio à senhora em todos os sentidos. É uma atitude também com que podemos ajudar muito a senhora.

O que nós vamos fazer é esperar que ele volte de licença ou, então, que ele marque um encontro com a senhora, para ter uma reunião com ele, e ele expor as coisas melhor para a senhora.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Está marcado para no dia 27 a CBF fazer um pacto com a CPI para a promoção dos direitos da criança e do adolescente, combatendo a exploração sexual no futebol. Seria uma forma de fazer um trabalho preventivo. Nós vamos assinar esse pacto. Se o Presidente estiver de acordo, ele poderá estar conosco nessa reunião do dia 27, às 11 horas, na sede da CBF, na Barra da Tijuca, na sala da Presidência.

**O SR. ENÉAS MADEIRA** - Nós vamos participar a ele, e tenho certeza de que ele vai participar dessa reunião com a senhora.

Vou passar a palavra ao Marcelo, que é nosso Diretor de Competições.

**O SR. MARCELO VIANNA** - Boa noite. Meu nome é Marcelo Vianna, sou Diretor de Competições da Federação.

Infelizmente, esse é um fato recorrente na totalidade da sociedade, não só no futebol. Hoje, o papel da Federação como entidade de prática desportiva é organizar e administrar as competições, acaba não abrangendo esse lado da formação do atleta na sua origem, que é a base do clube, ou nas escolinhas que, por contrato, os clubes podem dar o direito a terceiros de explorar sua marca com escolinhas e trabalho de base.

Eu acredito que tanto as federações estaduais quanto a Confederação Brasileira de Futebol podem ser parte decisiva nisso, mas também acredito que é preciso criar uma legislação específica para organizar uma base de fiscalização para as federações e para a Confederação com essas escolinhas e com os clubes, para que a gente junto possa tentar encontrar um caminho para diminuir essa prática, esse abuso sexual de crianças.

Acho que o caminho é conversarmos para que se ache o melhor mecanismo de defesa contra essa prática.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E o senhor acha que essa parceria poderia ser como? Como vocês poderiam contribuir?

**O SR. MARCELO VIANNA** - Deputada, hoje, o papel da Federação é de administrar, de superintender a prática de desporto aqui no Rio de Janeiro. Nós organizamos competições, trabalhamos como um grande cartório registrando atletas, mas nós não vivemos o dia a dia da formação de um atleta. Não há ninguém da Federação dentro dos clubes de futebol vendo como é feito o trabalho nas



divisões de base. O que nós fazemos é exigir documentos, fazer vistorias nas escolinhas dos clubes — não nas escolinhas terceirizadas, que fogem à nossa alçada. De muitas delas, nós nem temos conhecimento, porque os clubes fazem contratos com essas escolinhas que não passam pelas federações. Então, o que nós fazemos é vistoriar o centro de treinamento, as condições dos nossos filiados, e exigir os documentos necessários para que essas casas funcionem.

Agora, é preciso criar mecanismos para que a Federação também tenha outros deveres, como, por exemplo, verificar se há algum tipo de situação não só de tráfico sexual, como também de maus-tratos, alimentação ruim. Isso hoje não é gerência da Federação, e não temos nem suporte para isso, mas acredito que, conversando com vocês e com a Confederação brasileira, possamos encontrar uma saída para que também façamos parte desse grande movimento para terminar com essa prática realmente abominável.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Dr. Marcelo, essas escolinhas terceirizadas passam por aqui?

**O SR. MARCELO VIANNA** - Não, em nenhum momento. Os clubes fazem essas franquias, cobram para que alguém utilize suas marcas e, em cima disso, arrecadam. Não há hoje uma legislação específica que permita à Federação agir nesse sentido. Não existe. Isso é o que precisa ser criado, para que a Federação tenha elementos, mecanismos para defender não só a causa na parte do abuso sexual, como na parte de higiene, se os atletas estão sendo bem tratados na parte de higiene, se existe algum tipo de situação em que o atleta esteja sendo humilhado, sofrendo algum tipo de abuso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Entendi. E nessa parte vocês têm ingerência, a parte de administração?

**O SR. MARCELO VIANNA** - O que nós fazemos é administrar os campeonatos. Nós criamos os campeonatos, catalogamos os atletas, damos os regulamentos, fazemos com que eles cumpram os regulamentos. Agora, organizar o dia a dia de um clube de futebol, como eles trabalham a divisão de base e se as crianças estão bem tratadas, a gente ainda não faz parte desse segmento. O que a gente faz são vistorias constantes nas sedes dos clubes, para ver se existem



condições de higiene, se existe um mínimo de estrutura para o clube fazer o trabalho de base.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - O trabalho de base com o atleta.

**O SR. MARCELO VIANNA** - Justamente. Agora, essas escolinhas terceirizadas, nós não temos nenhum tipo de vínculos com elas. O clube cria um contrato que dá direito a terceiros de utilizar essa franquia, utilizando a sua marca, e em nenhum momento isso passa pela Federação, em nenhum momento existe um mecanismo para que a Federação possa tomar conta disso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - O que o senhor acha que seria interessante acrescentar para que a CPI pudesse intervir nessa questão, para se fazer uma política pública em relação ao que acontece? Quais são as dificuldades que vocês encontram para lidar com essa demanda?

**O SR. MARCELO VIANNA** - Bem, o que eu acredito que a CPI possa fazer é criar normas, criar uma legislação específica que dê condições à Federação de também tomar conta disso, dar instrumentos para que a Federação possa tomar conta disso. Quando um clube, por exemplo, por contrato, deixar terceiros explorarem sua marca, que isso tenha que passar pela Confederação, pela Federação, que esse terceiro seja investigado, que haja exigências para que ele explore a marca do clube. O João vai explorar a marca Flamengo. Mas quem é João? É preciso saber quem é o João, o que ele quer, de onde ele vem. Na verdade, são os clubes que contratam os atletas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Vocês não fazem, vocês só registram?

**O SR. MARCELO VIANNA** - Só registramos o atleta e tomamos conta para que...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Nesses registros, vocês pedem a ficha criminal, nada consta?

**O SR. MARCELO VIANNA** - Não. Na verdade, nós só registramos os atletas. Na verdade, acredito eu, quem tem que sofrer uma investigação maior são os responsáveis, os administradores dessas escolinhas.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eu quero entender. Então, vocês só fazem a administração dos atletas e, então, não passam por vocês professores de educação física, médicos, nada disso?

**O SR. MARCELO VIANNA** - Não, não passam. Esse segmento do clube não passa por nós.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É o próprio segmento do clube? Para a gente poder entender.

**O SR. MARCELO VIANNA** - Justamente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Está bem. Pois não.

**O SR. ENÉAS MADEIRA** - Deputada, eu me esqueci de dizer que os clubes que têm concentração em casa também são fiscalizados pelo Ministério Público. O Ministério Público sempre vai para ver a moradia, principalmente em alguns clubes. O Ministério Público tem ido a clubes ver o estado da concentração, se é limpo. Isso tem acontecido, e eu sei disso porque conheço pessoas de clubes. Eles chegam, dizem que são do Ministério Público, identificam-se e fazem a investigação e a vistoria.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Mas aí vocês podem contribuir com a gente, para que a própria Federação... Foi o que ele disse, uma sugestão.

Com a palavra o Dr. Vlademir Monje.

**O SR. VLADMIR MONJE** - Só corroborando com o que o Marcelo e o Enéas já falaram, talvez a CPI pudesse ampliar a maneira como a Federação atua, porque já existe a questão do contrato de formação de atleta. Para que nós possamos expedir esse certificado de clube formador, existem itens que a Federação fiscaliza. Para a Federação poder liberar um certificado de clube formador, o clube tem que cumprir uma série de exigências, entre as quais comprovar documentação de profissionais de Educação Física, Nutrição. Então, o clube que se dispõe a ser considerado clube formador tem que cumprir esse rol de exigências. Esse dossiê vem para a Federação, a Federação o examina, faz um *check-list* e encaminha uma equipe para vistoriar as dependências.

Alguns poucos clubes já fizeram isso, e só um clube até hoje no Rio de Janeiro conseguiu: o Nova Iguaçu Futebol Clube, que cumpriu todas as exigências. Os outros clubes ainda não obtiveram. A Federação fez uma série de exigências, e



os clubes estão cumprindo. É a forma que a Federação tem hoje de atuar nesse campo, mas é uma questão ainda muito limitada. Ela precisa ser provocada, para a Federação poder atuar.

Então, talvez a CPI pudesse ampliar isso, criar uma forma mais abrangente de atuação, obrigando os clubes, de repente, a apresentar esses contratos, como o Marcelo falou; apresentar a documentação, certidões criminais, como senhora falou; para encaminharmos para o Ministério Público. Seria uma forma de ampliar um trabalho que a Federação faz ainda de forma bem restrita, bem específica.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Isso foi uma boa sugestão, porque nós queremos é ter o apoio. Não adianta fazer um projeto de lei, se não temos o apoio de vocês. Então, temos que conversar e falar de que maneira vocês podem intervir, como vocês podem nos ajudar, até onde nós podemos ir, para não haver conflito na hora de apresentar o projeto de lei e também para que não venha a ferir o estatuto de vocês ou alguma coisa nesse sentido.

**O SR. VLADimir MONJE** - A senhora fez até uma colocação boa. Nesse sentido, o nosso estatuto também não oferece essa amplitude toda.

Eu ia discutir uma questão, mas agora me fugiu. (*Pausa.*)

Só para dar um exemplo de como a Federação se preocupa com essa questão — o Enéas e o Marcelo talvez possam dar maiores informações —, o Presidente da Federação, há algum tempo, exigiu que as fichas dos contratos de jogadores viessem acompanhadas de atestados médicos, para mostrar que o atleta tem condições ou possui os requisitos básicos para poder disputar uma partida de futebol, para evitar que haja um incidente no campo.

**O SR. ENÉAS MADEIRA** - Isso já melhorou muito.

**O SR. VLADimir MONJE** - Isso não existia. Isso foi uma inovação.

**O SR. ENÉAS MADEIRA** - Isso não existia. Não se exigia esse exame médico. Hoje, por exemplo, um jogador passa por vários exames médicos, cardiológicos, para o clube poder contratá-lo. Depois que aconteceu aquele incidente com aquele jogador do São Caetano com problema cardíaco, hoje os clubes exigem isso do mirim ao profissional. Isso é exigido e eles têm isso na ficha, porque, para se inscrever, tem que se constatar isso na ficha do jogador.





**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - À medida que vocês recebem isso aí, vocês registram também o mirim?

**O SR. ENÉAS MADEIRA** - Não, o mirim não. Só acima de 14 anos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Só acima de 14 anos.

**O SR. ENÉAS MADEIRA** - Porque menor de 14 anos é adolescente, e o Ministério na permite.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Quando vocês recebem esses adolescentes, vocês checam se eles estão vindo com algum olheiro, se estão vindo de outro Estado?

**O SR. ENÉAS MADEIRA** - É difícil. Eu vou falar, porque eu já trabalhei muito em clube. Sabe por que é difícil? Porque a gente nem sabe. O jogador chega ao clube e tem sempre alguém de alguma escolinha que o leva: *"Eu vim da Bahia. Eu tinha uma escolinha lá. Eu treinava lá"*. Aí chega ao clube e, se o clube gostar, vai morar no clube. Mas, por exemplo, dificilmente esse clube dá liberdade para a pessoa ir. Uma vez ou outra, a pessoa vai até lá conversar. Mas é aquilo que a senhora falou: eles começam a levar, e daqui a pouco tem a intimidade, e pode ter problema.

Isso aí, se tiver uma lei, fizer uma lei, uma norma, uma lei, e sendo realmente aprovada, isso vai ajudar, inclusive, a Federação. Isso ajuda a Federação.

**O SR. VLADimir MONJE** - Talvez. Se chegarem outros menores que venham de outros Estados, que eles já venham com a documentação respaldada por um órgão ou pelo Ministério Público local, para dar mais garantia de controle de migração de um Estado para outro.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Ah, tá, de migração de um Estado para outro, uma documentação local, não é?

Fala mais, doutor, para eu poder ouvir.

**O SR. VLADimir MONJE** - Porque, se o atleta for comunicado ao Ministério Público local ou a um órgão criado, ou que já exista nesse sentido...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - A Vara da Infância...

**O SR. VLADimir MONJE** - Justamente. Então, esse atleta já viria com um histórico para cá, isso poderia ser encaminhado para a Federação, para a Confederação de Futebol, para nós termos esse acompanhamento paralelo.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Para saber também se esse garoto saiu com a... tem a declaração, a autorização da família.

**O SR. VLADEMIR MONJE** - Até para evitar que ele vá para o exterior, porque muitos atletas vão para o exterior e nós não temos esse controle. Quando passa pela Federação, ele disputa alguma competição pela Federação, nós temos esse controle, a CBF tem esse controle. E muitos que saem de forma clandestina, ilegal, camuflada? Esse controle nós não temos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Aí ele já sai com a carteirinha de atleta profissional daqui. É isso?

**O SR. VLADEMIR MONJE** - Sim, sim. Não, ele sai com o contrato. É feito um contrato, profissional.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Então, é negociado, e tudo.

Explica melhor esse clandestinamente aí, que o senhor falou. Como é que é isso? Ele chega aqui e se registra. Vamos dizer: eu cheguei aqui agora com um menino da Bahia. Aí, eu falo: *"Ah, o clube, e tal, eu trouxe aqui a documentação dele, mas..."* O que que vocês pedem? Como é isso, como é feito o trâmite desse menino assim?

**O SR. VLADEMIR MONJE** - O jogador, de repente, o Enéas, por ter trabalhado, pode falar melhor do que eu. Essa documentação é encaminhada para a Federação — não sei exatamente qual é o tipo de documentação —, mas, quando...

**O SR. ENÉAS MADEIRA** - Ah, é encaminhada toda... Você pega um jogador que é de fora, ele vem transferido, aí paga uma taxa de transferência. O jogador que é acima de 14 anos tem uma taxa de transferência. Aí, ele é registrado no clube. Desde o momento em que ele é registrado no clube, o que acontece? Ele já é desse clube do Rio de Janeiro, uma hipótese. Passa a ser jogador daqui, do Rio de Janeiro. Aí, se quiser... Aí, com documentação toda, assinatura do pai, assinatura da mãe, todos os responsáveis. Só não vem...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Mas, se estiver com documento falso?

**O SR. ENÉAS MADEIRA** - Não, dificilmente, porque eles trazem...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eles trazem, dizendo...



**O SR. VLADEMIR MONJE** - É, pode ser até isso. Com relação a isso, mas acontece que a gente tem o certificado de registro de nascimento, tudo é exigido. São exigidos todos aqueles exames que eu falei para a senhora.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eles chamam “gato”, é isso?

**O SR. VLADEMIR MONJE** - Seria o “gato”. É uma prática...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Até a certidão de nascimento dá para adulterar, porque a certidão nossa é muito, é frágil nesse meio de...

**O SR. VLADEMIR MONJE** - Esse mecanismo de fiscalização, de investigação documental nós não temos. Mas essa prática, a não ser que eu esteja enganado, diminuiu bastante. Pelo menos o conhecimento, os escândalos que já surgiram no passado, diminuíram. Nós não temos há muito tempo uma informação desse tipo aqui, uma denúncia ou uma notícia nesse sentido.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Entendi. Mas aí vocês deram uma luz para a gente, até para o nosso projeto de lei aqui, essa questão de eles virem de outro Estado e trazerem uma documentação, e teriam que trazer um registro da Vara da Infância, uma autorização. Seria melhor, porque aí é no projeto, porque, aí não...

**O SR. VLADEMIR MONJE** - Mesmo que fosse uma escolinha terceirizada, que o clube se comprometesse a solicitar isso; só aceitaria, de repente, jogadores, atletas menores, com essa documentação, até como garantia do próprio clube, já que ele é responsável por esses contratos, como o Marcelo falou, ele negocia diretamente e a Federação não tem ingerência sobre isso.

**O SR. MARCELO VIANNA** - Seria importante criar, no meu entendimento, mecanismos para que o clube não fizesse contrato com terceiros, sem que esse terceiro fosse investigado, que ele tivesse realmente condição, estivesse apto a montar uma escolinha. Acho que essas duas medidas aí, a que o Vlademir colocou e essa, são duas coisas que têm que ser implementadas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Se tiver contrato com terceiros...

**O SR. MARCELO VIANNA** - Eu acredito que a maior parte desse procedimento errado aí de exploração sexual possa advir dessas escolinhas de terceirizados. O Vasco tem núcleo no Brasil, o Flamengo tem núcleo no Brasil



inteiro. Agora, você deu a sua marca para quem? Você procurou saber a quem você forneceu essa marca, se o cara vai realmente utilizar a marca...

**O SR. ENÉAS MADEIRA** - Que às vezes não pode nem acompanhar.

**O SR. MARCELO VIANNA** - Ou se ele vai fazer aquilo para outro tipo de função? Então, eu acho que tem que ter uma legislação específica nisso. Para eu ser médico, eu tenho que ir à Faculdade, cursar 5 anos, aí eu vou ter o CRM, aí eu vou ser um médico. Para eu formar jogador, para eu ter uma escolinha, o que que eu tenho que ter? Eu acho que é por aí que as coisas têm que ser feitas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Olha só, eu tenho uma... Na minha família tenho... A minha sobrinha é jogadora de futebol, e ela tem uma amigas, e essas amigas vieram da Região dos Lagos, e uma delas veio com uma promessa de ser uma grande jogadora de futebol, e tal, chegou aqui foi morar numa casa, a pessoa que trouxe, que olhou, o olheiro, a colocou na casa de uma mulher que ela não conhecia. Uma menina boba, veio porque jogava bem, e tal, o sonho de jogar num grande clube, até era o Botafogo... o Vasco — era o Vasco que tinha o time de feminino —, veio com uma promessa. E chegando lá foi morar na casa de uma senhora, numa situação, que ela conta... Ela contando para mim, ela falou: *“Tia, olha, eu vou contar para a senhora, mas a senhora vai omitir o meu nome”*, e tudo. E me contou as coisas horrorosas que acontecem, até que ela conseguiu sair daquela casa e foi morar com uma outra jogadora de futebol.

Então, isso acontece não só com meninos, mas com as meninas também. Nós temos que ter uma legislação que coíba esse tipo de coisa. E foi bom conversar com vocês, porque abriu a nossa mente, o nosso entendimento em relação a como funciona a Federação e onde nós poderemos usá-los de alguma forma. Vamos estar na CBF, estamos ouvindo, e queremos atingir os clubes.

**O SR. VLADimir MONJE** - É. Por isso eu reforço aqui a recomendação do Dr. Rubens de que, se for possível encontrá-la na próxima semana, onde for designado, com certeza, ele levará outras sugestões, ou ampliará esse debate, que acrescentará novos dados.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É que não vai dar tempo de a gente... Não tem como, mas a gente pode acolher a sugestão de vocês, Presidente, e depois passar uma informação, não sei, uma CI.



**O SR. MARCELO VIANNA** - Só para fechar, em cima da colocação do Vladimir, eu acho que seria importante, sim, o Presidente Rubens é muito atuante. O Vladimir já colocou aqui, num momento em que ele participou de alguns textos da Lei Pelé, nos quais ele colocou essa obrigatoriedade de as Federações de estarem ali vistoriando os clubes e mostrando se o clube realmente tem condição de ser formador. Então, eu acho que o Presidente é uma parte muito importante para o projeto de vocês. A gente vai passar essa data para ele, e eu tenho certeza de que... Só realmente se acontecer alguma coisa fora do padrão ele não vai estar presente.

Boa noite e obrigado por tudo, por ter nos escutado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - De nada!

Não havendo mais nada a tratar, vou dar por encerrada esta audiência na Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, agradecendo ao Dr. Enéas Madeira, que é Vice-Presidente; ao Dr. Marcelo Vianna, que é o Diretor de Competições, e ao Dr. Vladimir Monje, que é o advogado da Federação.

A CPI agradece, em nome da nossa Presidente Erika Kokay, ao Dr. Rubens Lopes da Costa Filho por abrir este debate. E nós vamos sair daqui com a contribuição de vocês, sabendo que nós podemos contar com vocês, com o apoio de vocês para fazer políticas públicas que venham coibir a prática de tráfico humano e exploração sexual de meninos e meninas dentro do nosso futebol brasileiro.

Muito obrigada. Boa noite.